

Ministério orientará sobre mensalidades

Não há mudança de regras; objetivo é relembrar normas previstas em MP

SANDRA SATO

BRASÍLIA — O Ministério da Fazenda deverá divulgar ainda esta semana uma nota orientando pais de alunos e escolas sobre como calcular as mensalidades escolares do próximo ano. Não haverá mudança nas regras. Os critérios já estão previstos na medida provisória, reeditada 28 vezes sem alterações.

A intenção do governo é relembrar as regras, porque neste mês de outubro muitos alunos já têm de garantir no colégio particular a sua vaga para o ano que vem. Em outubro também muitas escolas terão de anunciar seus preços, pois elas são obrigadas a definir as mensalidades 45 dias antes do

término do prazo de matrículas.

“Às vezes, o consumidor não está atento a seus direitos e deveres”, comenta um técnico do Ministério da Fazenda. A MP define, por exemplo, que os colégios só podem elevar seus preços se houver aumento do custeio ou gastos para melhoria do projeto didático-pedagógico da escola.

Mas as entidades representativas dos donos de escolas tentam incluir na mensalidade os gastos que os colégios particulares terão com o fim da isenção do pagamento do salário-educação a partir de 1997, e as despesas a mais que tiveram com as alterações no Imposto de Renda desde janeiro. Um levantamento técnico está sendo feito no Ministério da Fazenda para verificar se realmente houve gastos adicionais no IR dos colégios particulares.

O diretor-superintendente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Basile Anastassakis, afirmou ontem que o prejuízo com

o IR não pode ficar com os donos de escolas. O assunto é polêmico e será tema de uma reunião entre a Federação Interestadual das Escolas Particulares (Fiep) e as secretarias de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e a do Direito Econômico do Ministério da Justiça, prevista para o dia 15.